

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1018532-34.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Renato Jensen Neto**
 Requerido: **Banco Itaú S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais que Renato Jensen Neto interpôs em face de Banco Itaú S/A e GMAC Administradora de Consórcios LTDA. Alega o autor que adquiriu da 2ª requerida (GMAC Administradora de Consórcios LTDA) um plano de consórcio de um veículo Chevrolet S-10 LTZ 2.5 Flex – CD 4x2, em 19 de novembro de 2014 (fl. 21). No mês de julho de 2015 efetuou, juntamente com o pagamento da parcela mensal, um lance totalizando o valor de R\$24.448,15, tendo sido contemplado na data de 28 de julho de 2015. Juntou aos autos e-mail no qual recebeu a informação da contemplação. Alega, ainda, que através de contato telefônico de alguém que se identificou como sendo do “Consórcio Nacional Chevrolet” recebeu a informação de que deveria efetuar o pagamento do lance no valor de R\$24.448,15 através de boleto bancário a ser encaminhado através de correio eletrônico. Diante do pagamento realizado em 31/07/2015 o autor, obedecendo às determinações referidas na ligação telefônica, solicitou o “Kit Contemplação” junto à Central de Atendimento ao Cliente, que alegou que o lance não havia sido pago. Sustenta o autor ter sido vítima do “golpe do boleto bancário falso”. Requer a condenação ao pagamento no valor de R\$ 24.448,15, a título de indenização por danos materiais, e o pagamento de uma indenização a título de danos morais, na quantia de R\$ 25.000,00.

Com a Inicial vieram os documentos de fls. 20/28.

Os réus foram devidamente citados às fls. 34/35, apresentando contestação. O Banco Itaú S/A, às fls. 47/51, alegou ilegitimidade para figurar no polo passivo e que a parte autora realizou o pagamento do boleto de maneira espontânea e por sua livre vontade. A GMAC Administradora de Consórcios LTDA, por sua vez, apresentou contestação às fls. 64/70, alegando que não entrou em contato com o autor via telefone, bem como que não faz uso do e-mail



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

informado pelo autor. Também alega que o boleto pago pelo autor não foi emitido pela requerida. Alega, ainda, que ficou estipulado em contrato que os boletos bancários seriam encaminhados aos contratantes através do endereço cadastrado junto à Administradora.

A parte autora se manifestou sobre as contestações às fls. 139/143.

Realizada a audiência de conciliação, resultou infrutífera (fl.160).

É o relatório.

Decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, incisos I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido também se manifestaram as partes.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o requerente Itaú Unibanco S.A. é parte legítima para responder à presente, tendo em vista que a emissão do boleto se deu através de seu sistema, alegação comprovada pela própria parte em sua contestação. A parte autora alega erro do banco, sendo essa questão suficiente para que figure no polo passivo da ação.

Superado tal tema, passo a análise do mérito. Alega o autor que recebeu, através de correio eletrônico, informação de que teria sido contemplado em razão de plano de consórcio adquirido juntamente à GMAC Administradora de Consórcios LTDA. Após o recebimento do referido e-mail, alega ter recebido telefonema informando a necessidade do pagamento de um lance no valor de R\$24.448,15 a ser efetuado através de boleto bancário que seria encaminhado via correio eletrônico.

Em que pese a aparente boa-fé do autor em realizar o pagamento do boleto emitido a fim de dar o lance necessário a garantir o seu direito de receber o objeto do consórcio, este agiu com total negligência ao pagar boleto encaminhado via e-mail sem confirmar ao menos a sua autenticidade.

Consta no contrato de adesão firmado entre autor e ré, em sua cláusula 9 (fl. 97), que o pagamento das prestações seriam realizadas através de boleto bancário, enviado pelo Consórcio Nacional Chevrolet (CNC) mensalmente, no endereço cadastrado junto ao CNC, não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sendo acatada e reconhecida nenhuma outra forma de pagamento (cláusula 9.2). O mesmo contrato especifica que o contratante deveria entrar em contato com a Administradora através da central de atendimento, caso não recebesse o boleto da maneira acordada. Desta forma, o autor tinha plena ciência - ou deveria ter - de que os boletos bancários emitidos pela ré seriam encaminhados para o endereço cadastrado junto à Administradora, e não via correio eletrônico. Caberia a ele, antes de realizar o pagamento de boleto de valor tão alto, confirmar a sua autenticidade e procedência, já que contratou um serviço que não oferecia o encaminhamento de boletos através de e-mail.

O autor, para garantir o correto pagamento do valor, poderia facilmente ter entrado em contato telefônico com a Administradora, confirmando a informação de que teria sido contemplado, bem como a autenticidade ou não do documento emitido; afinal, infelizmente, golpes dessa natureza vem se tornando corriqueiros em nosso país, sendo amplamente divulgados nas mídias e redes sociais. Dessa forma, a fim de evitar dissabores, o autor deveria ter agido com a cautela média dos homens, ao menos confirmando as informações prestadas, através de contato direto, por meio confiável, com a Administradora do Consórcio.

Respeitadas posições em contrário, o banco ou a Administradora de Consórcio em nada contribuíram para com a lesão ao autor e, portanto, não podem ser responsabilizadas. Em querendo, cabe à parte recorrer a todos os meios disponíveis em nosso direito para tentar identificar o autor do "golpe", inclusive policiais e, dessa forma, tentar se ressarcir.

Houvesse previsão contratual para o pagamento da forma como feito pelo requerente, a solução seria outra. A questão, porém, é que quando o valor se avolumou, por tratar-se de montante relativo a um lance, a parte resolveu fazer o pagamento de forma diversa da contratada, colaborando sobremaneira para com o evento danoso.

Diante da solução supra, os danos morais são descabidos.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO com fundamento no art. 487, inciso I, do NCPC.

O autor arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor dado à causa, atualizado.

Oportunamente, archive-se.

P.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 05 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**